



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

**ATA DO DIA 30 DE JUNHO DE 2018**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia vinte e dois do mesmo mês, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

A preencher nos termos do Regimento

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. Regulamento Municipal de uso do fogo e limpeza dos terrenos;
3. Proposta de alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2018 – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários;
4. Adesão do Município de Idanha-a-Nova à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

O senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência da senhora Susana Isabel Prehaz Martins, da senhora Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias, substituída pela senhora Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça, da senhora Graça Maria Ferrer Pires, substituída pela senhora Maria Irene Monteiro Teixeira Fonseca, do senhor Gonçalo Gonçalves Afonso Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Ladoeiro substituído pela senhora Margarida Galdes Reis Rossa Moreira e da senhora Maria Helena Galdes Esteves e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Proença-a-Velha, substituída pela senhora Maria Palmira Carvalho Ramos.

As ausências verificadas estão todas justificadas.

O senhor Presidente da Assembleia, dado que se verifica a ausência da senhora Graça Maria Ferrer Pires, segunda secretária da Mesa da Assembleia, solicitou à senhora deputada Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça que ocupasse o lugar de segunda secretária da Mesa da Assembleia nesta sessão.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de imediato dado início à discussão dos assuntos inseridos no

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**

O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória das atas número cinco e seis da sessão extraordinária do dia vinte e cinco de abril e da sessão ordinária do dia vinte e oito de abril, respetivamente, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar.

A senhora deputada Maria de Lurdes solicitou a palavra dizendo que na ata número cinco na página oitenta e quatro, linha oito, onde se lê "*horrizados*" deve ler-se "*colonizados*" e na mesma página, linha nove, onde se lê "*ligar*", deve ler-se "*lugar*".

Efetuada as alterações e não havendo mais pedidos de alteração, o senhor Presidente informou que relativamente à ata número cinco não poderiam votar a mesma, dado não terem estado presentes na sessão, os senhores



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

deputados Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Baptista, Joana Mata Serrasqueiro Rossa, João Luís Marques Rego Geraldês, Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça, Maria Irene Monteiro Teixeira Fonseca, Margarida Geraldês Reis Rossa Moreira, Joaquim Jorge Esteves Laranjo, Maria Palmira Carvalho Ramos e Jorge Daniel Pinto Fonseca.

Terminada a informação o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata número cinco a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: dezoito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: dezoito.

Em face deste resultado a ata foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa submeteu a ata número seis a votação tendo informado que não poderiam votar a mesma, em virtude de não terem espadado presentes na sessão, os senhores deputados Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Baptista, Joana Mata Serrasqueiro Rossa, João Luís Marques Rego Geraldês, Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça, Paulo Jorge Freire Rodrigues, Maria Irene Monteiro Teixeira Fonseca, Margarida Geraldês Reis Rossa Moreira e Joaquim Jorge Esteves Geraldês, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: dezanove;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: dezanove.

Em face deste resultado a ata número seis foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da correspondência recebida desde a última sessão da assembleia até ao momento.

De seguida informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra neste período antes da ordem do dia.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “ em nome da bancada do partido socialista quero dar os parabéns à AJIDANHA pelo seu vigésimo aniversário. A Ajidanha tem realizado cultura e divulgação cultural no nosso concelho e fora do nosso concelho. A Ajidanha mostra bem que o associativismo no nosso concelho está bem de saúde e recomenda-se.

Está a decorrer no concelho de Idanha o torneio de futebol Idanha Cup. O torneio Idanha Cup decorre em Idanha, nas Termas de Monfortinho e também decorre em Penamacor durante quatro fins-de-semana, mil e duzentos adeptos, setenta e quatro equipas, teve este ano o certificado da Federação Portuguesa de Futebol e é dos poucos torneios em Portugal com este certificado e no fim-de-semana passado vi o impacto que trás ao nosso concelho estes miúdos, os pais dos miúdos, que tipo de equipas é que vêm cá e que ficam e vêm visitar o nosso concelho.

Quando falam do impacto económico e do alojamento local no nosso concelho, posso dizer que com esta iniciativa ficaram cheios as unidades hoteleiras do concelho, mas desconfiado como sou fui ao Booking e coloquei no fim de semana passado e neste fim de semana, coloquei para duas pessoas para dormir no concelho de Idanha e



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

verifiquei que não havia disponibilidade de quartos e isto demonstra o impacto que o torneio tem no nosso concelho, que é um torneio apoiado pela Câmara Municipal e demonstra também qual o tipo de estratégia que o executivo tem. São estas iniciativas que trazem pessoas, que trazem dinheiro ao nosso concelho e por isso quero felicitar o executivo municipal por apoiar este tipo de iniciativas.

Vi ontem o programa Biosfera, que é um programa da RTP e que está disponível na RTP Play que fala sobre o nosso concelho mais concretamente sobre a Bio região do concelho de Idanha e por isso é um programa que eu recomendo porque durante trinta minutos o nosso concelho é falado e destaca acima de tudo a estratégia que este executivo tem vindo a tomar nestes últimos anos e por isso acho que é um programa interessante para todos os senhores deputados.

Quero também felicitar o BOOM Festival pelo vigésimo aniversário. O BOOM Festival vai ter este ano o Prémio Nobel da Paz e, além do festival apoiar alguns centros no nosso distrito, como por exemplo o Centro de Animais Selvagens da Quercus em Castelo Branco, e é um festival bastante conhecido e quando há pouco tempo estive na Holanda e quando falei em Idanha-a-Nova falaram-me no BOOM, o mesmo acontece muitas vezes em Lisboa e realmente hoje em dia o BOOM Festival é uma das grandes marcas do nosso concelho. Por tudo isto gostava de saber qual o tipo de apoio que a Câmara Municipal dá ao BOOM Festival e que impacto tem o BOOM no nosso concelho

Senhor Presidente da Câmara, eu próprio fui notificado pelas Estradas de Portugal, acerca de dois meses, para limpar os cedros que tenho à entrada do Ladoeiro e assim procedi, mas a minha preocupação, e já tirei fotografias para mandar para as Estradas de Portugal, numa altura de fogos as Estradas de Portugal não cumprem com o seu dever, as bermas da estrada do Ladoeiro para Idanha quase que passa a sinalização da estrada e por isso penso que o executivo deveria alertar também as Estradas de Portugal para que faça a limpeza das bermas das estradas nacionais que atravessam o nosso concelho, senão as pessoas começam a dizer que a culpa é da câmara que não limpa as bermas das estradas, quando a responsabilidade não é dela, mas sim das Estradas de Portugal. Como falei em fogos, quero referir que falei com alguns amigos meus, que são bombeiros de Idanha e não só e fiz a pergunta se o nosso quartel de bombeiros tinha condições e se os bombeiros de Idanha tinham carros suficientes para combate a incêndios e não só, ao que me foi dito por um bombeiro de Penamacor e dois de Idanha que o nosso concelho, relativamente às características em comparação com os outros concelhos do distrito é dos mais bem apetrechados a nível de material, o quartel sofreu obras há bem pouco tempo, mas a questão que eu quero colocar ao senhor Presidente é a seguinte, que tipo de apoios dá a Câmara Municipal aos bombeiros de Idanha?

Por último, decorreu nas Termas de Monfortinho o encontro anual do Roteiro das Minas e mais uma vez tivemos a presença de um Secretário de Estado no nosso concelho e pelos vistos, senhor Presidente, a A23 é cara, os transportes estão muito caros, mas vejo que os membros do executivo se deslocam ao nosso concelho com alguma frequência, ao contrário dos tempos do governo do PSD, e nos últimos dois anos e meio venho com alguma regularidade e com entusiasmo que vejo Ministros e Secretários de Estado visitar o nosso concelho e isto demonstra que temos obra feita e por isso gostava de lhe perguntar do que é que se tratou esta iniciativa nas Termas de Monfortinho."

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Albano Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim que disse que " sou daqueles que tem



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

acompanhado com muito interesse o esforço que tem sido feito para dar nome pelas boas razões ao concelho de Idanha. De facto a presença de governantes é importante, mas é importante também que a Idanha seja falada sempre pelas razões que interessa que sejam faladas, modernidade, adaptação aos novos tempos, existência de uma estratégia de modernização do nosso tecido económico e tecido social e isso leva muitos anos a fazer-se, mas tem sido feito e eu cumprimento o senhor Presidente da Câmara porque essa estratégia de colocar a Idanha na boca do mundo através de seja com festivais, seja por realização de eventos de base tecnológica, é uma estratégia que vai passando, que leva tempo a passar, mas que tem vindo a ser bem-sucedida. Hoje Idanha é conhecida e já não é o caminho para chegar a Monfortinho, ou já não é a estrada para Monsanto, hoje Idanha tem já a sua identidade. No entanto senhor Presidente, nós precisamos saber que uma das grandes faltas que nós temos aqui é pessoas, e há aqui uma equação difícil de resolver, que não tem solução e nunca teve. O que é que é preciso? Trazer primeiro as empresas e a atividade económica ou trazer as pessoas? Eu tenho para mim, pensando e refletindo um pouco quando pensei nisto que ia dizer, tenho para mim que é mais importante trazer as pessoas, porque uma empresa que nos interesse não é uma empresa de capital intensivo que tem a sede ali no largo do chafariz e depois põe o dinheiro na Holanda, não é bem essa empresa que nos interessa. A empresa que crie emprego e que crie movimento económico precisa de pessoas, e essa empresa precisa de pessoas no dia anterior a ter aberto a porta. Portanto eu gostaria de deixar aqui uma questão muito concreta, existe algum plano, está previsto, teremos nós capacidade, não seria de começarmos a desenvolver algum trabalho para promover a entrada de emigração no nosso concelho? Trazer emigração é assunto muito complexo, no entanto permitia-nos suprir muitas deficiências como por exemplo eu em Medelim vi com alguma admiração uma enorme dificuldade de encontrar pessoas para trabalhar num café e está lá uma brasileira, e começo a ver que aparecem bolsas de emigração por aqui e por ali, mas que verdadeiramente não estão enquadrados, e por outro lado atrair para cá as pessoas é preciso ter habitação, é preciso ter condições condignas. Portanto senhor Presidente eu deixava resta primeira ideia que é, gostaria de saber então se existe algum plano ou se estamos a fazer alguma coisa para atrair emigração para cá.

O segundo aspeto que vem a reboque deste e que eu aproveitaria para chamar a atenção, é que tem sido recorrente, e então quando se começam a aproximar as eleições é mesmo mais do que recorrente, promover o recenseamento das pessoas que estão por cá mas que não estão recenseadas cá. Ora nós não podemos fazer isto a dois ou três dias ou duas ou três semanas antes das eleições, portanto eu gostaria de deixar aqui era um repto à Câmara Municipal para que fosse organizada uma campanha institucional, séria, fundamentada e profissional que levasse todos, porque isto é tarefa de todos, é tarefa de todos os partidos, de todas as juntas de freguesia, de todas as associações e é tarefa de cada um e não é tarefa somente da câmara e do seu presidente, é de todos nós e todos nós teremos que nos empenhar para criar este gosto e as condições para que as pessoas que residem cá se recenseiem cá e dessa forma puxar pelo nosso concelho.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente de Junta ed Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ ouvi os dois senhores deputados que intervieram previamente e sobre o que eles falaram alguma coisa terei a dizer, mas gostaria antes de mais de dar as boas vindas à Madalena. A Madalena, não sei se sabem, é filha da senhora deputada Joana Rossa que nos dá o prazer da sua companhia restabelecida depois de um parto e de estar naturalmente a acompanhar a criança, e falo em



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

criança e tenho um prazer bastante grande em falar nela e ser filha de quem é, e porque nós precisamos de gente que povoe o interior como aliás ficou aqui patente. É importante termos pessoas que vêm cá para determinados eventos mas o senhor deputado Albano bate nesta tecla conjuntamente connosco, com necessidade de fixação e de políticas de fixação de pessoas que venham aqui e que tenham crianças no interior do país, embora não viva no concelho de Idanha, o que tenho a lamentar porque acho que deveria vir para cá viver, pois é um prazer que está aqui ao pé de nós e os meus parabéns é uma atitude francamente que nos enobrece a todos e parece ser parte do culminar até da vida das pessoas é a obtenção de raízes e deixar descendentes.

Relativamente à AJIDANHA naturalmente pela atividade penso que quando se fala aqui é desnecessário virmos coma a camisola do partido, porque se há parabéns a dar a uma determinada instituição devem ser partilhados por todos os elementos da assembleia. Portanto quando vimos aqui e trazemos uma camisola nem sempre me parece a melhor atitude, talvez fosse melhor, previamente, combinar com todos e naturalmente nessa altura fazer algum tipo de comentário, mas cada um fará aquilo que quiser. Quanto à disponibilidade ou não que foi aqui referida de alojamento, só temos a saudar que haja efetivamente tanta complementação de alojamento muito embora o documento que foi aqui apresentado não seja propriamente uma referência, mas serve para o propósito que aqui veio.

Senhor Presidente falou-se aqui da limpeza de bermas nas estradas do concelho e realmente há aqui uma situação em que não se sabe exatamente de quem é a responsabilidade, nós não sabemos de quem é a responsabilidade nas várias estradas do concelho, há estradas que estão limpas, há estradas que não estão limpas e naturalmente as que não estão limpas estão a ser limpas, deve haver algum critério para isto ser feito, mas as estradas sendo regionais eu não sei até que ponto se tornaram elas todas responsabilidade do executivo a sua limpeza, e portanto naturalmente para não haver dúvidas seria bom que o senhor esclarecesse quais é que são quais e de quem é a responsabilidade de cada uma delas.

Querira falar-lhe de, e ainda bem que temos aqui alguém do setor de águas, neste momento começar um problema velho que é a queda de pressão e de caudal no fornecimento de água às populações, nota-se que começou a acontecer isto e não sei se há alguma avaria, mas normalmente é nesta altura do ano que isto começa a acontecer e gostaria de chamar à atenção para a situação do funcionamento até da câmara nos arranjos previstos nas condutas de água e refiro-me concretamente ao horário de funcionamento, não me refiro às roturas, às avarias, não é nada disto, aqueles que estão previamente previstos ocorrerem e os que estão previamente previstos, não podem começar a cortar água às pessoas às oito horas da manhã, porque as crianças vão para a escola e a escola começa às oito e meia e a câmara nem sequer está aberta a essa hora. Portanto tem que haver aqui algum respeito pelas pessoas que estão em casa a usufruir da água, naturalmente que é necessário fazer arranjos mas estes só podem começar a partir do momento que abre o expediente da Câmara para que a pessoa saiba o que é que está a passar. É que eu fui vítima de uma situação destas às oito horas e dezasseis minutos.

Falou-se no Boom e o Boom é um evento, como todos sabemos trás aqui grande simpatia a todos os intervenientes neste processo e eu gosta de saber, senhor Presidente, se foram ou não contratados onze contadores para colocar no Boom perla Câmara Municipal e se assim foi que tipo de contrato foi celebrado, de quem é a responsabilidade de pagamento, se houve ou não caução e qual é o propósito. O Boom já está com a sinalética habitual que impede a passagem nos vários caminhos e eu gostava de saber se o senhor Presidente da Câmara está a par desta situação



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

e quem é que deu este tipo de autorização, uma vez que os sinais que são lá colocados não têm rigorosamente nada que atribua a responsabilidade dessa mesma colocação.

Gostaria ainda de lhe falar e tenho aqui uma outra dúvida para lhe colocar mas irei colocar-lha em momento mais oportuno, mas que tem a ver com a barragem da Toulica e está aqui o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Zebreira, que também é parte interessada, e se repararam no talude da barragem estão árvores implantadas e as árvores não podem estar implantadas no talude da barragem porque o sistema radicular vai minar toda a estrutura do talude e assim sendo seria bom, e talvez alguém mais sábia do que eu, dizer o que fazer porque eu apontaria naturalmente para o corte e erradicação das árvores nesse talude uma vez que a sua presença pode por em causa a segurança de quem está a jusante do próprio talude e para isso chamava a atenção dos serviços municipalizados e também do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Zebreira assim como da proteção civil que tanto anda pelo concelho e que portanto a isto deverá estar atenta.”

Terminada a intervenção do senhor deputado o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ pegando nas palavras dos senhores deputados que intervieram anteriormente queria também manifestar a nossa preocupação em relação aos migrantes e à vinda de pessoas para o concelho. Põe-se também este problema o que é que vem primeiro, as empresas ou as pessoas? Como é um problema bastante complicado e para terminar aqui com uma graça a conversa, aplica-se aqui, o que é que veio primeiro é o ovo ou a galinha, é a mesma coisa, o que é que vem primeiro, as empresas ou as pessoas? Continuando a minha intervenção falando agora sobre o assunto do senhor deputado Paulo Baptista quanto aos nascimentos realmente nascem muito poucas crianças, mas queria também informar que em Salvaterra do Extremo vai nascer uma criança muito em breve e o ano passado nasceram uma ou duas crianças, o que é bastante bom. Queria também falar sobre outras coisas perguntando diretamente ao senhor Presidente da Câmara. Claro que ainda só se passaram dois meses sobre a realização da sessão da Assembleia Municipal de Abril, mas houve dois assuntos dos quais eu queria saber se há alguma informação, que é, primeiro, em que ponto vai a situação da reestruturação das ETAR's que faltam fazer em Toulões, Proença-a-Velha e Segura. Segundo, se já alguma novidade que nos possa dar sobre as candidaturas à exploração do hotel de Idanha-a-Velha.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “ começo por responder e fazer algumas considerações sobre o que foi dito pelos senhores deputados e começo pela intervenção do senhor deputado João Galdes quando fala efetivamente do associativismo independentemente das cores políticas e se hoje devemos estar orgulhosos de uma associação como a Ajidanha, que é uma associação de teatro não profissional, não deixam de ter grande profissionalismo e hoje são um bom exemplo do nosso associativismo, vinte anos é demonstrativo de que em Idanha temos um associativismo forte e não só nas suas atividades no concelho, mas hoje a Ajidanha é digna representante de Idanha a nível nacional, a nível internacional, nomeadamente com as relações com a Extremadura espanhola, mas também com a sua presença nos Estados Unidos, no Brasil, e é bom que os representantes do concelho de Idanha não sejam o Presidente da Câmara Municipal ou das Juntas de Freguesia mas toda a nossa sociedade.

Falamos aqui da Ajidanha com os seus vinte anos mas também foi falado aqui que estamos a comemorar os vinte anos do BOOM Festival que na sua maior parte cresceu no concelho de Idanha e quem tem ouvido os responsáveis



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

do Boom, empresa que está sediada em Idanha e que é uma das empresas de maior dimensão económica em Portugal, segundo dados do Banco de Portugal, e por isso devemos sentir-nos orgulhosos destas notoriedades, de todas estas conquistas que são de entidades idanhenses que aqui temos.

Já tivemos oportunidade de dar os parabéns à sociedade civil, a todos os que estão empenhados no associativismo nas nossas associações que sabemos que não é fácil e muitas delas, para não dizer todas, probou na sua direção, nos seus associados, no seu empenho, na sua dedicação e obviamente a Câmara Municipal tem tido aí um papel importante para ajudar com meios financeiros e logísticos, dado que muitas vezes os associados são também nossos colaboradores e temos sempre ajudado e temos visto no associativismo uma boa forma de desenvolvimento social, cultural e económico. E é também a partir do associativismo que começamos com os torneios de futebol e foram feitas várias tentativas e vários modelos, até que encontramos aquela que é assertiva e aquela que é assertiva é o modelo atual, foi criada uma associação com sede em Idanha, com gente que é oriunda de Idanha, da nossa diáspora como o deputado João Geraldês aqui disse, que apesar de não residirem cá, vêm habitualmente e trazem investimento, trazem riqueza para o concelho de Idanha e este torneio que trás umas dezenas de equipas e vamos ter durante quatro fins-de-semana quase cem equipas de futebol entre Portugal e Espanha, a maior parte portuguesas, não são equipas A do Benfica, do Sporting, do Porto, do Real Madrid ou do Barcelona, as quais nos trazem mais despesa do que notoriedade, mas são equipas em que os pais vêm com os filhos e é esta prática desportiva que a nós nos interessa que é criar bons cidadãos através da atividade desportiva e estes são os clubes que não têm Ronaldos a jogar mas, quem sabe talvez um dia surja um craque do futebol, mas o importante é formar boas pessoas, e isso trás os pais, os pais ficam e os pais levam o bom nome de Idanha e isso tem sido o que se tem construído e isto começou com a colaboração das associações de Idanha-a-Nova, e continuam a colaborar, até que se criou uma nova associação que melhor organizou todos estes eventos porque hoje trazemos cerca de cem equipas de futebol e já é um movimento muito grande de uma organização muitíssimo complexa mas que estes efeitos positivos, não só as nossas unidades hoteleiras, restauração, os nossos produtos locais, os nossos produtores têm a possibilidade de lá estar e vender os seus produtos, mas também a notoriedade que sai daqui e tem sido muito positiva a imagem que os pais dos atletas têm levado daqui. Relativamente ao programa da Biosfera ficamos muito satisfeitos que tenham dado um destaque enorme à Idanha como a primeira bio região do país e aí ficou bem explicitado qual é o nosso objetivo, a nossa estratégia, a nossa ambição e penso que foi dada uma boa imagem do que é um concelho de futuro, um concelho de desenvolvimento e de oportunidades.

Também foi referido pelos senhores deputados a preocupação da chegada do verão com o problema dos incêndios e das limpezas e quando este ano aconteceu isto, o nosso gabinete de Proteção Civil sobe a coordenação do senhor engenheiro Manuel Monteiro temos feito um trabalho exaustivo dado que o concelho de Idanha tem 1417 quilómetros quadrados e somos um dos concelhos com menor densidade demográfica e isto traduz-se em que há menos pessoas a limpar as suas hortas, os seus campos, as suas ruas, os terrenos que confinam com os rios, e hoje não há guarda-rios para chamar a atenção dos proprietários para fazer a limpeza das suas parcelas, e na verdade hoje em dia as pessoas, aquilo que faziam antes porque estavam no território, hoje não estão cá e toda a massa combustível cresce. Portanto nos 1417 Km<sup>2</sup>, nós temos 4000 Km de rede viária e temos 4000 hectares de rede primária, ou seja, se nós tivéssemos que fazer, e se conseguíssemos fazer, aquilo que é desejável que se fizesse que era limpar tudo isto, precisaríamos de doze milhões de euros e perguntei ao senhor Secretário de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

Estado se tinha para a Idanha estes doze milhões de euros, mas mesmo que tivéssemos esses doze milhões de euros seria necessário termos um exército para limpar estes 4000 Km<sup>2</sup> lineares o que penso ser impossível. Portanto este problema, é um problema que se resolve, não com milhões de euros, mas sim aplicar estes milhões de euros para fazer com que haja atividade económica nestes territórios e para que os campos tenham outras oportunidades e serão as atividades económicas que ao longo do tempo conseguirão reduzir o risco com que atualmente nós temos. Obviamente que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tem sido um dos exemplos no país, onde nós temos investido muito dinheiro, e não tem sido só este ano, muito para além dos apoios do governo. Neste momento este governo muito sensibilizado, até pelo que aconteceu o ano passado há um conjunto de apoios para sapadores florestais e outros e não há dúvida que agora chegaram muitos mais meios, mas antes de chegarem estes meios já a Câmara Municipal de Idanha investia muito dinheiro, nós não gastamos, investimos muito dinheiro e não é por acaso que temos os bombeiros mais bem apetrechados, a nós não nos interessa termos bonitos quartéis, bonitas viaturas para estarem ali lustradinhas, é porque são de facto necessárias e nós o ano passado, tendo acontecido o que aconteceu em toda a região centro, felizmente na Idanha não tivemos casos graves mas não estamos livres de que venham a acontecer dadas as características do nosso concelho, com toda a massa combustível que nós humanamente e financeiramente não temos capacidade para limpar, vamos limpando todos os anos e há sempre caminhos onde nós não conseguimos ir porque é impossível por estes valores que vos estou a transmitir. Por isso o nosso investimento começou muito por apoiar uma associação, como é o caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova com quem este ano vamos reforçar o nosso protocolo e a associação também se tem profissionalizado mais com a contratação de mais colaboradores e também a associação para além da prevenção e combate aos fogos florestais e aquilo que é o património natural e património de todos nós, também tem uma preocupação grande que são as questões da saúde e portanto estamos também aí a apoiar para termos ambulâncias para todo o concelho de Idanha e por isso temos sensibilizado o governo para estas questões, mas tem sido o nosso investimento junto desta instituição e dos três quartéis que temos que tem permitido que o nosso investimento e temos e este ano está em orçamento um reforço praticamente para o dobro e a Câmara de Idanha está num processo de reforço de mais sapadores florestais, o que leva o seu tempo em termos de contratação.

O senhor deputado Pires Marques falou aqui numa questão que temos falado várias vezes e obviamente hoje posso dizer que os indicadores de Idanha são positivos. Estamos satisfeitos? Muito longe e o senhor verá na sua freguesia que as pessoas que vão morrendo são em número muito superior àquelas que nascem ou que vêm para o território, todos nós sabemos disso e vai continuar a ser assim. Qual é a diferença? Era nós deixarmos que isto acontecesse por si próprio, e a continuar a ser assim a pirâmide iria equilibrar e estamos a falar da pirâmide demográfica que agora é invertida pois temos uma população muito envelhecida e pela ordem natural da vida as pessoas vão falecer mesmo com a grande longevidade que nós falamos elas vão falecer, ninguém fica cá para sempre e a população ativa e jovem é menos numerosa e portanto esta situação vai continuar a verificar-se, o que nós estamos a tentar é que o equilíbrio que aconteceria de uma forma normal com uma redução enorme da população é que esse equilíbrio possamos antecipa-lo de modo que não seja tão drástica a redução da população, e isso é a nossa luta. E o que é que nós temos conseguido? Os números são importantes, e não são os nossos, sai um ranking todos os anos que analisa e avalia três parâmetros, a questão das pessoas viverem neste território, qual é a atratividade, o visitar que



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

tem a ver com o turismo e a economia, e nós estamos, nos trezentos e oito municípios, em centésimo lugar e em relação à região centro estamos em trigésimo lugar nos municípios com maior atratividade. Estamos em trigésimo segundo lugar, nos trezentos e oito municípios em termos de criação de novas empresas por habitante, o que quer dizer que estamos com valores muito significativos e estamos em nono lugar no número de filhos por mulher em idade fértil. Crescemos onze por cento em número de alunos no concelho e o que seria normal num concelho como este era um decréscimo em termos de alunos, e falamos desde os berçários até ao ensino superior e invertemos os cursos migratórios, entre as pessoas que saem e as que se fixam o resultado é favorável às que se fixam no concelho, e portanto são dados que nos dão alento, que nos fazem ter confiança no trabalho que estamos a fazer, mas estamos muito longe daquilo que desejamos. Portanto há muito que fazer, há muito que trabalhar, mas a verdade é que os números hoje, e não são nossos são do INE, são favoráveis. Tudo isto traduzir-se-á, como esperamos que se traduza, em aumentar o número de eleitores, mais recenseados e mais residentes no concelho de Idanha. É nessa luta que estamos e é nessa luta que faço minhas as suas palavras, que não é só a luta do Presidente da Câmara, dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é uma luta de todos nós residentes no concelho de Idanha-a-Nova para que consigamos ter mais residentes, mais recenseados e mais desenvolvimento.

Ao senhor deputado Paulo Baptista sobre as questões das estradas já fui explicando aqui e obviamente nós temos isto identificado, algumas estão das Estradas de Portugal d terão que ser eles a limpar obviamente, e não deixamos de os alertar para isso quando vimos que a situação está a ultrapassar os limites e entre a Câmara Municipal e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que têm sido muito sensíveis a isso, nós temos apelado e para sermos uma Bioregião temos que ser uma região de qualidade e portanto não podemos andar por aí com glifosato ou coisas do género, que vai ser eliminado na Europa e no mundo, é uma questão de tempo, e queremos dar uma imagem positiva, mas para os senhores Presidentes de Junta isto tem representado um esforço enorme porque já não cortam uma vez, já tem que ser duas ou três vezes e nós temos feito o mesmo também. Quantos cortes já fizemos nas estradas municipais? Mas isso é natural, estamos a falar de crescimento vegetativo, e crescimento vegetativo em condições que sabemos que são obviamente nós hoje vemos uma ervinha onde quer que seja, parece que a temos logo que a cortar, mas vivemos no campo, e entre o vivermos com condições de qualidade de vida e vivermos com os nossos herbáceos, que sempre vivemos, mas obviamente que queremos as nossas freguesias limpas e tudo muito bem organizado e é esse o desafio que temos todos os dias para o fazer bem nas nossas estradas e os nossos caminhos mas isto é um trabalho titânico, todos estamos sensíveis mas temos que ter a noção da realidade e a realidade é esta.

Relativamente à questão das roturas de água obviamente atenderemos a sua sugestão dado que nós não somos daqueles que achamos que temos um processo perfeito na nossa gestão, de forma alguma, somos os primeiros a assumir que falhamos, mas também somos daqueles que temos a disponibilidade para melhorar onde acharmos que devemos melhorar. Portanto a sua sugestão será tida em atenção.

No que concerne à pergunta sobre o número de contadores de água no BOOM, informo que colocámos somente um contador na entrada da propriedade e sobre o assunto não tenho conhecimento que tenham sido colocados mais contadores no festival sem o conhecimento dos serviços municipais.

Quanto à questão sobre a barragem da Toulica falei com o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Zebreira porque não estava a ver qual era a situação, mas depois da conversa os serviços de Proteção Civil Municipal irão



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

tratar de averiguar para resolução do problema, mas estamos a falar de uma espécie arbórea protegida e naturalmente que terá que haver a competente autorização de abate.

Relativamente à intervenção da senhora deputada Maria de Lurdes Boavida e no que diz respeito à construção das ETAR's neste momento temos a preocupação relativamente às que enunciou e que são prementes, mas também temos a preocupação de todas as outras. Portanto essas para além dos projetos estarem numa fase bastante adiantada, aproveitamos também isto para percebermos, até porque somos uma bio região, quais são os melhores processos que podemos ter no nosso concelho e felizmente temos no concelho de Idanha alguns investidores que estão a produzir microrganismos biológicos para tratamento das águas num processo que depois dos nossos tratamentos esses microrganismos são utilizados para que a água no final saia com grande qualidade. Estamos a coordenar tudo isto para que tudo depois possa ser feito. Quanto ao Hotel do Templo ainda não lançamos o concurso público internacional mas temos tudo preparado, e temos acompanhado o processo com a senhora Secretária de Estado do Turismo e em conversa com ela há bem pouco tempo ela propôs que fizéssemos o lançamento do concurso público em setembro e portanto contamos com uma governante que tem sido muito dinâmica até para encontrar parceiros, porque o governo está interessado que estes processos quando avancem tenham promotores e portanto assim em setembro iremos lançar o concurso público internacional

Terminada a discussão do período antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos no

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

**PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO** – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ainda relativamente aos assuntos do ponto anterior de trazer pessoas, trazer emprego e trazer empresas, dando condições a essas pessoas ao nível da educação, da saúde, da habitação, etc., há uma coisa que nos preocupa, que é, a situação da Caixa Geral de Depósitos no concelho. É que isso também é muito importante para as empresas e para as pessoas, assim pergunto se há alguma informação ou alguma suspeita que nos permita manter esta preocupação ou podemos estar mais ou menos tranquilos quanto à saída da Caixa Geral de Depósitos no concelho de Idanha-a-Nova?”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “as atividades que a Câmara Municipal nos apresenta neste documento, no meu entender demonstram o grande trabalho da câmara, das juntas de freguesia, das associações e das empresas. Todas elas foram marcos importantes para o desenvolvimento do concelho, quer nas mais-valias para os empresários, quer na divulgação do concelho no seu todo, no país e no estrangeiro, quer para a melhoria da autoestima dos munícipes. Permitam-me que faça umas breves referências a atividades que me chamaram a atenção pela sua dimensão e abrangência. A participação, a convite do Salão Internacional dos Profissionais do Património em Arte, que decorreu entre 17 e 18 de março em França, Portugal, país convidado para este evento, foi representado pelos municípios de Idanha-a-Nova, Beja, Freixo de Espada ao Cinto e a rede das Aldeias Históricas.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

A coordenação esteve a cargo do Município de Idanha-a-Nova que no meu entender é mais um reconhecimento da capacidade empreendedora do município.

A realização em Idanha e em Termas de Monfortinho do nono torneio de futebol jovem, já aqui referido, o maior torneio de futebol de formação do distrito, segundo a comunicação social, reúne setenta e quatro equipas do país e de Espanha e podemos afirmar Idanha durante estas quatro semanas se transformou na capital do futebol de formação. Quatro fins-de-semana com centenas de jovens, técnicos, dirigentes e familiares que estiveram e estão em Idanha para a competição desportiva, mas também contribuir para a economia do concelho na restauração, alojamento e possível aquisição de diversos produtos de qualidade que temos ao seu dispor. Para os organizadores deste torneio, Câmara Municipal, Associação Desportiva de Idanha-a-Nova e Associação Engrandecer, parabéns por esta realização.

Por fim, de salientar também que na feira do livro de Lisboa de 2018, no evento Portugal COOK BOOK FAIR, que permeia os melhores livros de gastronomia portuguesa, elegeu o livro “Sabores de Uma Época, Tradições de uma Terra” da autoria de Josefina Pissarra, de Penha Garcia como o melhor livro do ano entre os mais de quinhentos editados. A vitória foi atribuída por unanimidade do júri, presidido por Maria de Lurdes Modesto, Carlos Coelho, Chef Pedro Sommer, Teresa Vivas e Alexandra Prado Coelho. A obra foi editada pelo Município de Idanha com a coordenação de Paulo Longo, fotografia de Valter Vinagre, edição do texto de Luís Cabral e design gráfico de Paulo Paço. Este prémio foi entregue ao Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova e autora, em cerimónia que decorreu na Feira do Livro em Lisboa a 26 de maio último. É um reconhecimento muito positivo para a autora e para o município, tal como foi a vitória de Idanha no programa de gastronomia COOKOFF da RTP. Parabéns por este prémio aos galardoados.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse que “o motivo da minha intervenção relaciona-se apenas com o facto de que constatei na informação financeira que nos foi fornecida, nomeadamente no que respeita ao valor dos pedidos de pagamento efetuados e ainda não recebidos que apresenta uma significativa diferença desde a sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril. Verifica-se assim que o Município de Idanha-a-Nova recebeu cerca de novecentos mil euros. Isto acontece porque na sequência de uma candidatura ao INTERREG, aprovada e contratualizada em sede de Overbooking, o Município de Idanha-a-Nova registou no seu balanço o valor das participações a receber de aproximadamente um milhão de euros. Apesar das dúvidas que sempre estas situações vão suscitando ao longo dos tempos a autarquia registou a arrecadação integral destes valores no seu balanço, constando-se assim que o risco que tinha sido assumido pelo senhor Presidente da Câmara acabou por ser uma aposta acertada. Lembra-se que apesar de continuamente sempre se questionar sobre a efetiva arrecadação de valores das participações, o senhor Presidente, de facto, sempre defendeu que em função das informações recolhidas junto do processo, estas verbas nunca estiveram em causa o seu recebimento. Inclusivamente defendeu esses princípios em termos de contabilização e perante, digamos, revisores oficiais de contas, carecendo apenas do encerramento doutros projetos para que fosse possível a libertação das verbas em causa. Este processo evidenciou claramente que o Município de Idanha-a-Nova apenas poderá ser competitivo em mercados que registam cada vez maior agressividade por parte de outros municípios de maior dimensão da nossa



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

região, e não só, se mantiver disponibilidade de tesouraria que permita intervir em situações de limite e de escassez de prazo de resposta, como sucedeu nesta candidatura em apreço.

Assim e por forma a que o município possa manter a sua capacidade de intervenção, e que tem trazido alguns frutos ao concelho, somos da opinião de que a realização de investimentos deverá continuar a ser alavancada com recurso a financiamento externo como e sempre quando seja necessário.

Como nota final queria apenas enaltecer o empenho e dizer que não vá esmorecendo na sua missão, o seu empenho na procura sempre incessante de novos investidores e de novos financiamentos para o nosso concelho, evidenciado em particular este processo do INTERREG em que o seu esforço foi premiado com uma participação de aproximadamente de um milhão de euros.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ como é costume eu naturalmente consultei o documento que me foi enviado, surgem-me algumas dúvidas e alguns comentários e recomendaria ao senhor Presidente da Câmara que fizesse o favor de, com a atenção que é conveniente, tomar nota das várias questões, mas eu penso que as respostas serão rápidas, mas de qualquer das maneiras gostaria de saber da atual situação da concessão das piscinas e do funcionamento das piscinas, uma vez que vem aqui referido e há acompanhamento das atividades desenvolvidas neste âmbito, se já estão abertas ou se não estão, gostava também de saber em que consistiu a representação na feira internacional da agricultura em Santarém, de 2 a 10 de junho. Eu ouvi o senhor deputado com muita atenção, aliás admiro a forma correta como o senhor de exprime e tento acompanhar uma vez que é uma área que não é a minha, e foquei a disponibilidade de tesouraria que o senhor tanto falou mas realçando que o prazo de pagamento tem um atraso de 42 dias, ou seja, já conheceu prazos melhores e a disponibilidade de tesouraria deveria refletir-se também nisto a meu ver, mas não é o que acontece, portanto há uma dilatação do prazo. Chamo a atenção para a execução de capital que é baixa, é na ordem dos 21,8%, francamente baixa em termos de cobrança de receita, mas em termos de execução é de 16,24%, os números estão aqui e passo o tempo a falar nisto e depois dizem-me que enfim há uma série de formas de interpretar e a minha é apenas uma delas e agora chego aqui à aquisição de bens e serviços e aqui aparecem-me uma série de dúvidas que tenho de por e que tenho de partilhar com a assembleia e tenho que por ao senhor Presidente da Câmara que parece-me da mais elementar justiça que seja respondido. Há aqui um procedimento e estamos agora a falar na designação do procedimento, há aqui um concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para o fornecimento e montagem/instalação de tenda Wave no valor de quatrocentos e dez mil euros, isto é quase meio milhão de euros mas é uma tenda, pelo que gostava de saber quantas tendas é que a Câmara de Idanha tem, onde é que elas andam, para que é que elas servem, se são alugadas e que necessidade é que nós temos de adquirir uma tenda desta natureza, para quê com que finalidade? Se nos vamos a dedicar a ter eventos, aliás nós cada vez temos mais eventos e até já tivemos muito recentemente um evento com bacalhau, fez-me lembrar a perdiz de escabeche que nós herdamos porque os outros não quiseram pagar e nós pagámos, mas esta tenda é uma coisa que me deixa realmente apreensivo. Depois temos aqui uma aquisição de serviços de acessória ed comunicação e publicidade para a divulgação de eventos do concelho de Idanha-a-Nova no valor de vinte e cinco mil euros e eu queria saber em que é consiste isto. Temos também uma aquisição de serviços para manutenção dos espaços verdes e limpeza de resíduos no valor de quase quarenta mil euros, depreendo que esta situação seja nas áreas



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

urbanas que irá decorrer pelo que gostava também de saber se assim é ou não. Temos aqui aquisição de contentores e peças de substituição (rodízios, fundos e tampas), senhor Presidente já mais de uma vez falámos da necessidade que há cada vez maior da limpeza dos contentores nas juntas de freguesia, gostava de saber com que frequência isso está a ser feito e se por ventura haverá substituição dos elementos que neste momento absorvem já os cheiros e que são incapazes de mediante apenas uma limpeza e desinfeção corresponder à expectativa que merecem. Entretanto senhor Presidente estão aqui aquisição de serviços por lotes de electricista e aluguer e aquisição de equipamento eléctrico para eventos previstos pelo Município de Idanha-a-Nova, penso que os eventos sejam as festas e corrija-me se assim não for, no valor de quase quarenta e cinco mil euros. Tem aqui a aquisição de serviços para promoção do concelho de Idanha-a-Nova nos mercados espanhóis, eu gostava de saber em que é que isto consiste e como é que pretende ser feita esta promoção. Há aqui agora uma coisa que é aquisição de serviços de transporte, montagem e desmontagem de estruturas de apoio a eventos, tendas e afins, no valor de setenta e cinco mil euros, portanto a câmara vai garantir que haja montagem e desmontagem não prestada por funcionários camarários, mas sim por uma empresa que irá dedicar-se exclusivamente a fazer isto. Está prevista a aquisição de caudalímetros para medição de águas residuais, eu gostava de saber o propósito se porventura isto tem a ver com algum tipo de correção da contagem da água, uma vez que as águas residuais não sei, até que ponto são aquelas que são medidas ou saídas das casas das pessoas, pelo que gostava de saber o que é isto.

Senhor Presidente gostava de saber também o que é a aquisição de serviços para acompanhamento, plano formativo, ações de capacitação e avaliação do plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar, isto é feito pelo Lab4Tomorrow, Consultoria e Serviços Unipessoal Ld.ª, o que é, em que consiste e vai ser aplicado em que população alvo. Gostava de saber qual é a população alvo porque estamos a falar aqui de serviços de acompanhamento do plano formativo mas temos muito pouca informação. Isto é engraçado que quando eu venho aqui pelo menos tenho a certeza que toda a gente acompanha a leitura. Senhor Presidente aqui a instalação de acesso à internet em fibra ótica no âmbito da candidatura “Green Valley Food Lab – Área de acolhimento empresarial de base rural (AAE-BR)”, eu penso que isto será na Várzea e portanto destina-se a levar lá a fibra ótica àquela zona, se é assim penso já esta esclarecido. Gostava de saber o que é isto da aquisição de lotes de produtos fitofarmacêuticos, para que é já sabemos que não serão substâncias proibidas, aliás o concelho de Idanha votou nesta assembleia por proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim uma proposta nesse sentido e naturalmente apoiada por todos os senhores deputados, pelo que gostava de saber em que é que consistem estes produtos fitofarmacêuticos. Gostava também de saber para que é que serve a aquisição de serviços de comunicações móveis e fixas, internet e televisão no valor de quase quarenta mil euros, onde é que isto vai ser colocado e porque é que a câmara vai pedir esta colocação. Temos aqui uma certificação energética de alguns edifícios pertencentes ao município no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), isto é para quê? Um benefício disto direto ou é apenas uma questão de querer ter este tipo de certificação? Temos aqui também a aquisição de serviços por lotes de transporte coletivo, para quem? Para a escola, para idosos? Houve recentemente uma situação na Escola C+S de Idanha de uma excursão a Lisboa aonde não houve disponibilização de transporte a título gratuito, teve que ser pago. Estas situações serão de evitar no futuro porque afinal de contas estamos a falar de crianças e estamos a falar de ensino e o ensino, quer queiramos quer não, interessa-nos a todos.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

Senhor Presidente há aqui uma aquisição de serviços na modalidade de avença, para controlo das atividades desportivas no ginásio Municipal de Idanha-a-Nova, em que é que consiste isto? Não houve uma avença anterior relativamente à exploração ou utilização do ginásio municipal? Isto não deveria estar incluído na outra? Depois há aqui outra na aquisição de horas de máquina, para realização de trabalhos de silvicultura preventiva no âmbito da defesa da floresta contra incêndios que já está mensurada, portanto isto vai ser atribuído a determinadas zonas, que zonas são essas e porquê esse critério?

A seguir temos empreitadas de obras públicas onde temos reparações diversas nas escolas EB1 do concelho de Idanha-a-Nova no valor de cento quarenta e dois mil e quinhentos euros sensivelmente, manutenção, reabilitação e requalificação de relvados desportivos e de lazer, pavimentações e vedações de caminhos no concelho, eu gostava que desse uma ideia onde é que é isto, em que é que consiste cada um destes três itens que acabo de mencionar porque é importante para nós sabermos. Há pouco eu falei da questão das estradas e eu que os senhores têm e eu gostava de ter acesso à informação de quais são as estradas sobre as quais cai a responsabilidade de limpeza e manutenção por parte da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Como já está esse levantamento mais que feito eu gostaria que fosse facultado a todos os grupos municipais assim que seja possível.

Por último temos aqui uma aquisição de serviços para celebração de contrato em modalidade de avença para Consultadoria jurídica e Patrocínio judiciário no valor de setenta e quatro mil euros, para quê porque eu estava convencido que já havia este tipo de prestação de serviço existente mesmo na câmara, que havia um gabinete capaz de o fazer e ao que parece não é assim e portanto extravasa as competências desse mesmo gabinete razão pela qual aqui está. Não vamos contratar quando não temos necessidade de o fazer, portanto qual é a razão que leva a que haja este tipo de contratação, se é por incapacidade ou falta de tempo do gabinete que existe, se é que existe na câmara com este fim.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “indo à primeira intervenção que hoje a quem mostrei a aplicação informática de pesquisa de alojamento, não é uma aplicação feita pelo do município, é das maiores aplicações, senão a maior, do mundo, a nível de alojamento local. Destaco uma estratégia deste executivo na página quatro em que na campanha o slogan do PS foi Idanha Solidária, e destaco o Gabinete de Ação Social e Saúde em que dá destaque a este slogan utilizado na campanha, com a comparticipação em despesas de saúde, comparticipação nas propinas, visitas domiciliárias e por isso acho que esta é a estratégia que este executivo deve continuar a seguir. Na página cinco destaco uma iniciativa de trabalhos preparatórios para a realização do Campeonato do Mundo de Orientação de Precisão em 2019 que irá decorrer no concelho de Idanha-a-Nova. É mais uma iniciativa feita no nosso concelho, pelo que sei é a primeira vez que é feita em Portugal e eu gostava que o senhor Presidente da Câmara falasse um pouco sobre esta iniciativa e a importância que ela pode ter para o nosso concelho.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “respondendo aqui às muitíssimas questões, começo por responder à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida sobre a CGD, obviamente a informação que temos é de que não está em causa a saída da agência da CGD de Idanha.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

O senhor deputado Mário Pissarra falou aqui em alguns aspetos que eu não tinha falado anteriormente, mas não tendo na sala o nosso chefe de divisão na área da cultura, mas quero aqui também expressar-lhe a colaboração que tem tido enquanto chefe de divisão, e enquanto colaborador e funcionário, e eu recebi ontem uma carta por mail do Perfeito da cidade de Santos no Brasil a elogiar o nosso funcionário que tem representado a Câmara de Idanha nos encontros mundiais das cidades criativas da UNESCO e Idanha hoje é reconhecida pelo seu bom trabalho e empenho, e estamos a falar de cento e sessenta cidades no mundo, não só nas áreas da música como também na arquitetura, gastronomia, etc. Este perfeito de Santos mandou-nos uma carta a pedir que nós ajudemos a cidade de Santos a ganhar uma candidatura que eles querem fazer para 2020 e que nós queremos fazer para 2021, que é fazer aqui um encontro mundial das cidades criativas da UNESCO. A Feira do Livro em Lisboa que aqui também foi referida, o prémio que foi dado, eu diria mais do que a autora e do editor, que foi a câmara, foi um prémio à gastronomia do concelho de Idanha, e isso foi o que Maria de Lurdes Modesto disse de uma forma muitíssimo comovida, ela inclusive teve uma grande humildade ao dizer que se sentia incompetente para avaliar um livro feito com imensa qualidade e com tanta competência e disse ali aos municípios portugueses que ponham os olhos no exemplo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova de como podemos nós valorizar a nossa gastronomia tradicional portuguesa que é tão rica, mas que a Idanha soube fazê-lo muitíssimo bem. Obviamente que há muito mérito da autora, que mais do que fazer receitas, soube fazer muita investigação sobre o que são os nossos usos, costumes e tradições, para quem conhece o livro, Páscoa, o que é que acontece na Páscoa e que comer é que existem na Páscoa? E isto só foi possível depois traduzir a qualidade daquilo que é a nossa gastronomia e só é possível porque temos uma qualidade muito significativa, mas também é possível com uma autora como esta, com a juventude que tem, aliás como a de Maria de Lurdes Modesto, tem a disponibilidade para junto dos seus pares, como a história da perdiz de escabeche como o senhor deputado falou, a perdiz de escabeche sempre se fez nas famílias do concelho de Idanha. Aliás na família da autora, o prato da perdiz de escabeche sempre esteve na sua casa mas ficou muito tempo no baú, mas hoje com o concurso COOK OFF trouxemo-lo para fora e alguns dos restaurantes do concelho tem-no na sua ementa.

O senhor deputado Alberto Umbelino falou da questão do INTERREG, é verdade que não foi para nós fácil, num ano em que havia muito dinheiro em overbooking no final do quadro comunitário, o INTERREG tem características próprias, mas o overbooking acontece, e nós não recebemos um milhão de euros e nós tínhamos nesse programa aprovada uma candidatura de duzentos cinquenta mil euros, e nós executamos dois milhões duzentos cinquenta mil euros. Tivemos a possibilidade este ano, atendendo à nossa boa situação económico-financeira, e não se esqueçam que estávamos num período de atuação da troika e em que tínhamos limitações nomeadamente com a lei dos compromissos, ou seja nós não podíamos fazer despesa para além daquilo que são as nossas disponibilidades e portanto só a Câmara de Idanha com a sua boa saúde económico-financeira é que permitiu a meio do ano poder executar um montante muitíssimo significativo, é evidente que quando fizemos este investimento também tivemos a perceção por escrito que haveria dinheiro disponível e nós falamos, mais ou menos, das nossas disponibilidades até onde é que poderíamos ir e eles disseram-nos com alguma segurança de que poderíamos fazer porque poderíamos de facto recuperar este dinheiro e nós fizemo-lo porque outros não tiveram essa capacidade e ficamos muito satisfeitos por termos atingidos os nossos objetivos e esta importância dá-nos um grande conforto de tesouraria que naquele ano tivemos oportunidade e pudemos dispor.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

O senhor deputado Paulo Baptista fez aqui uma série de perguntas às quais vou tentar ir ao encontro delas todas e a participação em Santarém na Ovibeja, na Expo Batalha, em Braga, ou onde quer que seja e estas aqui com carácter agrícola nós fazemos sempre um convite aos senhores empresários se querem estar presentes, quer em termos físicos a promover os seus produtos e temos tido a resposta de alguns colaboradores especialmente da nossa estratégia Recomeçar, exatamente porque restamos a promover toda a nossa estratégia e representaremos ou poderemos falar de todos os outros que não puderam estar presentes. Portanto esta é a ideia e é isto que vai continuar a fazer-se nas nossas presenças que quem tenha produtos para apresentar, para aproveitar estes espaços, o possam fazer a partir do stand da Câmara Municipal de Idanha que nós trabalharemos. Falou sobre a questão da tenda, da feira do bacalhau e a alguns eventos que nós fazemos e é evidente que a tenda, como o senhor deputado diz, pode ser uma tenda de 3x3 ou pode ser uma estrutura como queremos ter aqui em funcionamento em Idanha. Nós o ano passado fizemos dois grandes eventos muito significativos, um deles foi o Encontro Nacional das CPCJ's, que trouxe até à Idanha cerca de oitocentas pessoas e conseguimos de facto fazer isso numa tenda com estas características. O aluguer dessa tenda foi caríssimo porque a tenda tinha todas as condições para fazer um congresso até mil pessoas, mas que depois serviu também para a realização da Feira Raiana e podermos aí aconchegar, em condições de qualidade, quer os nossos expositores, quer as nossas atuações dos ranchos folclóricos e todas as atividades que tivemos lá dentro e percebemos que entre o aluguer destas estruturas para os eventos que queremos trazer, quer sejam da organização da Câmara Municipal, quer sejam de outras organizações como é o caso da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, era um investimento significativo num projeto que está candidatado, que se chama Reabilitação Urbana dentro do nosso plano de reabilitação urbana da vila de Idanha-a-Nova e um dos projetos que temos identificados é a reabilitação do recinto da Feira Raiana para que possa congrega de facto eventos e ações ao longo do ano não só de dois em dois anos com a feira raiana, porque quando fazemos isso temos a necessidade de um investimento enorme na recuperação do património que lá está e é sempre um investimento em despesa corrente muito grande. Com isto permite-nos ter condições para podermos ter ações de eventos durante o ano na vila de Idanha e esta é uma tenda que tem características muito específicas de durabilidade muito grande, aliás a garantia dela é de cerca de dez anos. Os valores que pagamos pelo aluguer da tenda para os eventos da CPCJ e da Feira Raiana quase que pagávamos um terço da tenda e portanto se continuarmos a conseguir captar eventos de grande dimensão e com esta qualidade, nós em dois ou três anos pagamos a tenda, além do mais ela vai ser apoiada em candidaturas a programas comunitários em cerca de oitenta e cinco por cento, o que é a nossa ambição. O senhor deputado também falou sobre o prazo de pagamentos, mas como já lhe disse nós ao longo do ano assumimos que tanto pode ser de vinte como ir a quarenta, mas temos câmaras no país com prazos de seiscentos ou setecentos dias e é isso que nós não queremos cair numa situação dessa natureza. Portanto nós aqui, e não há ninguém, e temos obviamente a nossa relação e até a forma como funcionam os nossos serviços e também quero referir que estamos num processo de remodelação e com as novas pessoas que vão entrar na câmara queremos até melhorar os nossos procedimentos internos para que se possam melhorar estes prazos de pagamento, porque isto é mais burocrático do que da disponibilidade de tesouraria, de tal maneira que agora até com este dinheiro que recebemos vamos fazer uns depósitos a prazo e portanto este excedente de tesouraria que agora temos servirá também para uma oportunidade que tendo disponível o possamos fazer, mas nós felizmente temos uma situação de endividamento baixíssima,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

tendo nós sempre feito empréstimos e este ano estamos a pensar fazer um outro para executarmos bem os programas do quadro comunitário e que estão em curso e tudo isto nos permitir taxas que conseguimos muito baixas, pagar os empréstimos e ter um nível de endividamento muitíssimo baixo. Falou também numa execução baixa e é normal que nesta altura do ano mas o que nós queremos é chegar ao final do ano e, como tem acontecido, com execuções boas e cá estamos a trabalhar para isso.

Os diferentes concursos que aqui falou sobre aquisição de serviços, divulgação e promoção é por isso que depois conseguimos bons resultados a nível nacional e a nível internacional porque temos de investir nisto. Nós também, temos aqui colaboradores que se dedicam inteiramente a isso, mas precisamos de aquisições externas para fazer quando nós não temos esta capacidade e nem somos profissionais na comunicação, nós temos que ser bons profissionais no trabalho que a câmara faz ao longo do tempo e há sempre muitas coisas para melhorar nesse âmbito, portanto quando precisamos recorremos a aquisições de serviços e isso refere-se a eletricitas, a limpezas dos contentores de lixo, e refere-se às diferentes aquisições de serviços que o senhor foi referindo aqui. A aquisição de caudalímetros tem a ver com a questão do saneamento e das águas residuais e para termos a informação precisa que possamos traduzir para informação que nos ajude a medir quanta água é que sai dos depósitos que a empresa de águas de Lisboa e Vale do Tejo nos vendem e para termos uma informação muito fidedigna para que possamos fazer opções de gestão, remodelar todo o nosso sistema de águas e de saneamento no concelho de Idanha e será com basa nestas informações. Hoje não consigo fazer nenhuma candidatura, aonde quer que seja, que não consiga demonstrar que com esse investimento vamos otimizar a questão da água ou a questão das águas residuais e portanto é toda esta informação em 1417 Km<sup>2</sup> que nós estamos a trabalhar e isto não se consegue fazer num curto espaço de tempo. A aquisição de serviços para produtos fitofarmacêuticos é o normal dos nossos serviços a aquisição de herbicidas biológicos e outros tratamentos que são necessários. O procedimento para comunicações consiste na contratação de uma empresa porque nenhum de nós é especialista em comunicações, e temos grandes empresas como a MEO ou a Vodafone e quando vamos a negociar com eles estamos sempre em desigualdade na negociação e pro isso contratámos uma empresa especialista a negociar com eles e nós aqui poupámos mais de cinquenta por cento em toda a despesa que tínhamos anualmente, e vamos fazer isso para os setores da eletricidade, dos combustíveis e dos seguros, que é otimizar a nossa relação com os nossos fornecedores e com entidades que têm um nível negocial muito acima daquilo que é a nossa capacidade e aí temos que ir à procura de especialistas que nos ajudem e esses especialistas não vão ganhar nada a não ser a prestação que fazemos com eles. A certificação energética é aquilo que estamos a fazer no âmbito daquilo que eu disse, estamos a fazer o levantamento de todos os edifícios municipais e temos cerca de trezentos trinta e três edifícios, espaços estes, onde estão colocados vários utensílios elétricos, e foi feito este levantamento exaustivo para sabermos que aparelhos elétricos é que lá estão e que gastam energia e é com base neste trabalho que depois queremos otimizar também a nossa fatura energética no concelho de Idanha-a-Nova, não só para poupar dinheiro, mas também por uma questão ambiental. Portanto queremos ser também sustentáveis e até aí sermos diferenciadores. Transporte coletivo, se há algo que nós fazemos um grande investimento no concelho de Idanha, e temos feito dado que compramos vários autocarros, mas é sempre uma dor de cabeça, e isto é um bom sinal porque temos muitas associações e escolas no concelho, aumentamos o número de autocarros, aumentámos esta nossa disponibilidade de serviços de transportes, mas ao mesmo tempo que aumentámos esta disponibilidade,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

também as pessoas, e bem, quer de uma forma formal ou informal, através das instituições e das associações também tem aumentado e muito os seus pedidos e nós nem sempre conseguimos corresponder na globalidade e o caso que referiu eu não tinha conhecimento e por isso pedi informações para saber efetivamente o que aconteceu. Relativamente às estradas e caminhos que são da nossa responsabilidade ou que são das Estradas de Portugal isso está no Plano Municipal da Defesa da Floresta que é público e todos os senhores deputados que o não tiverem e que desejem ter acesso a ele teremos muito gosto em que conheçam o plano. Falou também na aquisição de serviços jurídicos e isto é uma situação igual, quer dizer, precisamos, obviamente, quando nós não temos essas disponibilidades e achamos que isso é importante fazemos essas aquisições de serviços.

Falou também num conjunto de adjudicações de obras, nomeadamente pavimentações e vedação de caminhos no concelho e é evidente que estes são procedimentos de diferentes caminhos e vedações que são feitos e é a nossa divisão de obras que faz o levantamento anual, e isto que aqui temos não chega para aquilo que são as nossas necessidades até por tudo o que aqui já dissemos relativamente aos 4000 Kms que temos no concelho de Idanha no que diz respeito a caminhos públicos, e portanto anualmente vamos fazendo sempre um conjunto de investimentos de acordo com o que está orçamentado, e depois os nossos serviços vão vendo também as prioridades de modo que possamos ir ao longo do concelho recuperando muitos destes caminhos.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

**PONTO NÚMERO DOIS: REGULAMENTO MUNICIPAL DE USO DO FOGO E LIMPEZA DE TERRENOS** - O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta. O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para que o senhor deputado Manuel Monteiro e também responsável do Gabinete de Proteção Civil Municipal de Idanha-a-Nova fizesse uma explicação sobre este projeto de regulamento.

O senhor deputado Manuel Monteiro disse que “antes de iniciar a abordagem ao regulamento vou dizer porque é que ele foi feito e um esclarecimento do Plano Municipal de Defesa da Floresta. O senhor Presidente disse, e muito bem, tem uma vigência de cinco anos, o nosso está em vigor até dois mil e dezanove e nessa altura será feita uma revisão e através da nova legislação passará a ter uma vigência de dez anos e terá que vir obrigatoriamente à Assembleia Municipal, ou seja na próxima revisão todos nós estaremos envolvidos na revisão do Plano Municipal da Defesa da Floresta. Relativamente ao assunto que me trás aqui e informo que na passada reunião da Assembleia Municipal do dia 28 de Abril, dei conhecimento à digníssima assembleia que todas as tarefas desenvolvidas e enumeradas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil eram realizadas, sem prejuízo do disposto na legislação que regulamenta o Serviço Municipal de Proteção Civil, tendo como ponto fulcral a prevenção e tendo como pressupostos os princípios básicos que sustentam todo o sistema base da Proteção Civil, que já então enunciámos:

O princípio da Prioridade, da Prevenção, da Precaução, da Subsidiariedade, da Cooperação, da Coordenação, da Unidade de Comando e da Informação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 7 DE 30-06-2018

Dando seguimento às informações recolhidas, junto dos munícipes, das preocupações transmitidas pelos senhores Presidentes de junta e ainda na constatação de algumas situações verificadas “in loco”, após a realização das sessões de esclarecimento efetuadas nas freguesias do concelho pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, aquando da divulgação das medidas de proteção aos edifícios isolados e aglomerados populacionais, foi elaborado o “Regulamento Municipal de Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos”, que agora vem a escrutínio desta digníssima assembleia, após ter estado em consulta pública.

Algumas notas sobre a razão de ser da elaboração deste regulamento.

O documento que é hoje submetido a análise desta digníssima assembleia é consubstanciado no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a sua nova redação dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de Agosto, tendo sido posteriormente ajustado pela Declaração de Retificação n.º 27/2017, de 02 de Outubro, que passou a definir as novas regras para a realização de queimadas, queima de sobrantes e realização de fogueiras (artigo 27.º e 28º), durante o período crítico. Este Decreto-Lei passou também a sujeitar a utilização de foguetes e outras formas de fogo (n.º2 do artigo 29.º) a um regime semelhante ao estabelecido para as queimadas, queima de sobrantes e realização de fogueiras.

Ainda após a revogação, por um lado do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro e por outro, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, não disciplinar a exequibilidade de ações de limpeza de terrenos localizados fora dos espaços rurais, em especial nas áreas edificadas consolidadas, torna pertinente e necessário a elaboração deste regulamento, que não só complementa o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, como também estabelece regras claras para a realização das ações acima mencionadas, em perímetro urbano, por forma a que esta autarquia atue de forma eficaz e adequada, por iniciativa própria ou particular, ultrapassando assim, as dificuldades de atuação decorrentes do vazio legal e regulamentar, salvaguardando a segurança e a proteção de pessoas e bens.

Num concelho que tem como principal locomotiva de desenvolvimento o sector primário, a elaboração deste regulamento assume-se como relevante, na prevenção e salvaguarda de pessoas e bens, contribuindo para as boas práticas do município e munícipes, sendo estes os principais benefícios que se pretendem atingir.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “eu tenho aqui algumas dúvidas, o documento decorre da lei e portanto acaba por ser praticamente a lei aplicada e não temos muito por onde fugir, mas no entanto há aqui uma autorização que é dada da parte da tarde, eu não percebo porque é dada da parte da tarde, e eu gosta de entender isto porque ao que parece tudo decorre da lei e ao decorrer tudo da lei muito pouco se pode alterar, mas o artigo 17.º diz no seu ponto número dois, *“de acordo com o disposto no número quatro do artigo anterior, a licença será emitida na parte da tarde do dia útil que antecede a realização da fogueira ou da queimada”*, isto é por causa da pertinência do risco de incêndio, mas estamos a falar e há pouco falou e este regulamento alertou-me para uma situação, é só para o período crítico ou é para todo o ano? Eu pensava que era para todo o período anual e agora fiquei convencido de que seria só no período crítico.”

O senhor deputado Manuel Monteiro respondeu e disse que “o regulamento não é para aplicar só no período crítico, porque no período crítico não são permitidas limpezas pelo que o regulamento aplica-se fora do período crítico. Este regulamento vem colmatar, como disse anteriormente, o vazio legal que existe, ou seja o



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

Decreto-Lei n.º 124/2006, aplica-se ao espaço rural e fora dos perímetros urbanos e quais são as preocupações que as pessoas têm? É o quintal do vizinho que está com uma carga exagerada de combustível e têm receio que haja um incêndio e que arda. Este regulamento vem tapar essa lacuna, ou seja, vai no fundo obrigar os munícipes a fazer esta limpeza e quando o município não faz a limpeza será a câmara a substituir-se ao município a fazer essa limpeza. Este regulamento tem aplicação dentro ou fora do período crítico e regulamenta também a questão do fogo-de-artifício dentro do espaço urbano, ou seja, não havia legislação específica e pediam autorização à câmara para lançar fogo-de-artifício mas não havia nada legislado que sustentasse essa autorização.”

De seguida o senhor deputado Paulo Baptista retomou a palavra dizendo que “eu recomendaria prudência na aplicação deste regulamento uma vez que toda a capacidade para decidir acaba por cair praticamente na decisão da câmara e neste caso no senhor Presidente da Câmara. Preocupa-me no entanto as características especiais que têm as nossas povoações uma vez que as áreas urbanas contêm em si mesmo, já que grande parte do formato urbano resulta da agregação de hortas, e portanto há uma série de zonas que estão ligadas às casas, que afinal de contas é o sítio onde produz grande parte da matéria verde e da matéria alimentar que é utilizada para animais. Portanto até que ponto é que isto não poderá causar problemas por haver litígios de propriedade ou litígios de vizinhança que induzam os serviços a atuar, não propriamente com o objetivo que se pretende, mas sim utilizando esta lei para deturpando a situação provocar litígios com o vizinho ou causar prejuízos ao próprio vizinho. Recomendo também que a utilização destes regulamentos que estão a ser criados, estão a criar situações de total desaparecimento da vegetação de cobertura, o que origina erosões pronunciadas cada vez mais em situações de chuva que como sabemos cada vez mais ocorrem fora dos períodos habituais. Ontem aconteceu isso numa povoação em Portugal, portanto há erosão provocada pelo excessivo levado à letra destes regulamentos, portanto quando se regulamenta muito a mim preocupa-me um bocado porque deixa nas mãos de quem vai aplicar o bom senso de aplicar ou não determinado tipo de regulamentos. De qualquer maneira e decorrendo da lei não nos resta muito mais a dizer sobre isto, mas gostaria no entanto de partilhar com os senhores presidentes de junta porque acho que é importante que percebam isto, mesmo aqueles que se empenham mais do que outros na limpeza das suas freguesias, que por vezes podemos estar, ao fazer isto, a colidir com interesses das pessoas que são também perfeitamente legítimos.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “é evidente senhor deputado que esta legislação tem que acontecer até perante aquilo que aconteceu o ano passado, e deveria ter acontecido já há muito mais tempo, porque nós vemos situações que sem isto não tínhamos qualquer capacidade para agir dentro das povoações. Aliás, não vou referir nomes mas houve aqui alguns presidentes de junta que arriscaram a fazer, por sua conta e risco, podendo o proprietário vir a pedir-lhes indemnização e fizeram-no por serviço às populações e portanto este regulamento permite-nos, de facto resolver um conjunto de situações em que nós não podíamos atuar. É evidente que estou de acordo com a sua perspetiva de que nisto também possa haver bom senso, as leis quando se fazem têm sempre depois uma interpretação que é aquela e que pode às vezes ser abusiva, mas as leis podem ser, como elas existem, ser abusivas, mas esperemos que não seja por aí e esperemos que também todos os que são agentes envolvidos neste processo possam ter um bom senso, mas a verdade é que esta lei não poderia deixar de existir e nós não podíamos, perante situações que o ano passado vimos aldeias inteiras a ser queimadas e foram queimadas



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

porque tinham perto das suas casas e povoações situações difíceis e que ninguém podia lá ir a não os próprios proprietários fazer aquilo, não faziam e não havia nenhuma defesa para esse processo. A nossa atuação aqui tem as suas limitações porque nós agora não vamos meter no orçamento cinco ou dez milhões de euros para limpar tudo quanto existe no concelho de Idanha incluindo as partes urbanas. Portanto a nossa parte vai ter que ser feita de acordo também com as nossas disponibilidades e vamos prever isso, obviamente, e é mais um trabalho depois dos nossos serviços jurídicos que é podermos, à medida que fazemos isso podermos ir aos proprietários que nos tenham que ressarcir daquilo que foi um custo que era do proprietário que o não fez e o fizemos nós. É sempre um processo complicado, como diz e muito bem, quando entramos nestes processos quando estamos a falar em questões sociais, muitas das vezes, e também estamos a falar de algumas pessoas que têm as suas propriedades e que não se conhecem nem onde vivem porque resultam de processos de herança. Estamos a preparar-nos, inclusive, juridicamente para nós não metermos a cabeça na areia e passamos ao lado a dizer que não somos capazes. Não pode continuar a ser assim, a nossa atuação vai existir e vamos preparar, obviamente, mais meios humanos para podermos melhor responder a isso e daí também a contratação de mais pessoas nesta área dos serviços florestais para podermos ir fazendo esses trabalhos, mas isto era importante que acontecesse.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Albano Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim que disse que “quero congratular-me pelo aparecimento deste regulamento. É preciso que toda a gente tenha consciência, os meus colegas presidentes de junta têm-na com certeza, que nós temos dentro dos aglomerados urbanos, dos centros habitacionais e dos centros urbanos situações de verdadeiro risco. Eu fui daqueles que arriscando ter de indemnizar e pleitos judiciais em cima de mim, peguei numa máquina e entrei dentro de uma propriedade e limpei o mato. Informei a câmara, informei a GNR, informei o ambiente, contratei o homem da máquina, fomos lá e limpámos aquilo. Nós tínhamos no centro de Medelim combustíveis com mais de dois metros de altura. Ora este regulamento vem-nos permitir exercer um novo tipo de pressão sobre os proprietários, porque os proprietários, e o que o senhor deputado disse é o bom censo e tudo na vida precisa de bom censo, mas a verdade é uma coisa, é que em matérias de segurança e em matérias de incêndio, a prevenção sobreleva muitas vezes o bom censo. Os proprietários não me responderam, os proprietários nunca quiseram saber de nada, os usufrutuários atiraram para cima uns dos outros que não tinham rigorosamente nada a ver com todas as questões, nem sequer atenderam o telefone, eu próprio me desloquei às casas das pessoas que não abriram portas e portando chegados a estas situações há que ter aqui algum musculo. Congratulo-me pelo aparecimento deste regulamento, iremos com certeza colaborar em mais situações, mas a verdade é que a partir de agora temos um instrumento legal para obrigar os proprietários de prédios em risco em zona urbana a procederem às limpezas.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente de Junta de Freguesia, e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à proposta de *REGULAMENTO DE USO DO FOGO E LIMPEZA DOS TERRENOS*, a votação tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta da Câmara foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE REGULAMENTO DE USO DO FOGO E LIMPEZA DE TERRENOS.”**

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

**PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VINCULOS PRECÁRIOS** - O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para fazer esclarecimentos adicionais à proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse que “esta proposta vem no seguimento de um programa criado pelo governo da República para poder regularizar de uma forma extraordinária de vínculos precários. Nós ao longo destes anos, nomeadamente nas áreas da educação e da defesa da floresta mereceram toda a nossa atenção, estes e obviamente outras funções, mas estes foram daqueles mais expressivos que nós no concelho de Idanha fomos trabalhando e investindo com a limitação que a lei não nos permitia de fazer contratações para funções permanentes que nós sempre fomos identificando e com as quais, em termos estratégicos, sempre entendemos fazer. A educação é uma delas, a questão da floresta é outra, mas além destas há outras situações que estão previstas no mapa de pessoal e portanto analisando esta legislação e estando de acordo com os trâmites que lá estão propostos e fomos fazendo um trabalho ao longo destes meses do que ao longo do tempo tivemos aqui com os chamados vínculos precários e estamos a falar de pessoas que estavam aqui a fazer POC's ou que recebiam subsídios da Segurança Social e que estavam a qui a fazer trabalhos e portanto desta forma, analisando com os nossos diferentes serviços e com os serviços jurídicos quer da Câmara Municipal quer da Direção Geral das Autarquias Locais, quer ainda da CCDRC e da ANMP resultou este trabalho para podermos incorporar mais colaboradores na Câmara Municipal por parte deste programa e tudo o que apresentamos aqui cumpre de acordo com estes pareceres jurídicos aquilo que a lei permite. Da nossa parte sabemos que fazemos um investimento muito significativo, mas também sabemos do papel importante que temos enquanto Município para o desenvolvimento do concelho de Idanha e estas incorporações de necessidades permanentes no Município são fundamentais. Por isso aqui trazemos aqueles que não estavam previstos no nosso mapa de pessoal aprovado em dezembro passado e para que o programa seja cumprido na sua totalidade.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “naturalmente o aumento do mapa de pessoal, aliás é uma situação que decorre já de exercícios anteriores e há portanto esta possibilidade e isto é um aumento extraordinário e eu ainda não consegui perceber aqui algumas coisas, e o problema deve ser me porque



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

provavelmente será aprovado sem qualquer dúvida, mas gostava de ver esclarecidas apenas duas ou três. Eu ainda não percebi porque se aumentou a eficiência ou a câmara vai aumentar a eficiência com isto uma vez que já existem estas pessoas, portanto, isto é uma integração, é de regularização para integração extraordinária, essas pessoas já estão a trabalhar aqui. Eu gostava de saber se estas pessoas estão todas a trabalhar para a câmara ainda, porque é isso que se trata e os que já não estão, os que deixaram de estar destes quarenta e quatro, em que condições foram dispensados, se não eram necessários e como é que irão ser admitidos agora, se é para aqueles ou se vai haver um concurso. Eu chamo-vos à atenção porque são mais de quarenta pessoas e naturalmente face a uma situação em que oferta de trabalho não existe, a câmara substitui-se às entidades privadas como nós temos vindo a referir, no entanto isto vai aumentar, em número de efetivos, quase vinte por cento dos efetivos atuais. Eu gostava de saber até que ponto é que nós poderemos ultrapassar ou não os rácios percentuais para as despesas de pessoal e efetivamente como eu não consegui ainda perceber se o objetivo é aumentar a eficiência, melhorar os serviços e esta escolha como é que se chegou lá carece muito de explicação uma vez que o mapa que nos é entregue é apenas este e gostaria de chamar à atenção, o senhor Presidente falou aqui antes é que vamos ter oito técnicos superiores e como o senhor Presidente falou da limpeza do trabalho associado às limpezas, temos aqui na limpeza urbana efetivamente oito pessoas, mas para o Gabinete Municipal de Proteção Civil assistentes operacionais temos apenas três. Portanto, de acordo com os raciocínios anteriores há aqui algumas coisas que não me parecem ter o esclarecimento necessário uma vez que a limpeza urbana, parece-me que será varrer ruas não terá propriamente a ver com o trabalho de sapador ou um trabalho acessório a esse.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “a minha dúvida também era mais ou menos parecida com esta, se a câmara não tem trabalhadores precários, tem, se são estes então já cá estão.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ parece que estamos a chamar nomes às pessoas quando dizemos os precários, mas quem é que são as pessoas que podem estar identificadas neste processo? Estejamos a ser justo ou injusto com a lei, a verdade é que houve aqui por parte deste governo, e como sabem isto foi uma negociação também com os partidos com quem o partido socialista fez o seu acordo, o partido comunista português e o bloco de esquerda, de incluir na atividade da função pública pessoas que estando numa situação de precariedade estavam a exercer funções públicas, na administração local, na administração regional e central, portanto para isto é sempre difícil, quem é que são, como é que se fez? Então qual foi o critério? O critério foi de um de janeiro a quatro de maio de dois mil e dezassete, quem é que estava nesta situação, e isto era o que estava definido no orçamento para dois mil e dezassete, daí estes meses todos a sabermos que é que se integra nisto, e alguns, porque são POC's que estão cá a trabalhar connosco, outros passaram por cá e estão noutras entidades, mas que nós analisamos um por um para perceber, primeiro tem que haver uma premissa aqui, nós temos necessidades permanentes no funcionamento da câmara destes lugares? Não é das pessoas x, y ou z, é dos lugares. Então se temos vamos ver se as pessoas que por cá passaram naquelas circunstâncias e cumprindo aquilo que na lei está, se podem de facto incluir. Portanto este foi o critério seguido, sendo justos ou injustos porque outros passaram noutros tempos e não puderam ser integrados neste processo, e houve casos que nos trouxeram grandes dúvidas e então por isso pedimos os pareceres jurídicos às entidades anteriormente mencionadas. E, na verdade, o que



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

estamos a incluir são poucos técnicos superiores, oito, e trinta e cinco em outras funções porque é onde temos maiores dificuldades, para as áreas não só das limpezas mas de outras funções, nomeadamente na educação e proteção civil, e quem quer investir na educação como nós, temos que dotar os serviços com profissionais com estabilidade de trabalho.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à *PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VINCULOS PRECÁRIOS*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: dois – Paulo Baptista e Paulo Rodrigues;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta da Câmara foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, DOIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS.”**

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

**PONTO NÚMERO QUATRO: ADESÃO DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS** - O senhor Presidente da Assembleia disse que “sobre este assunto e também tentando ser o mais breve possível, eu queria fazer uma pequena abordagem. Este assunto já o tinha trazido à Assembleia Municipal no anterior mandato, só que a proposta não tinha sido na altura bem formalizada porquanto o que nós estamos aqui a solicitar hoje é que o Município de Idanha-a-Nova adira a esta Associação Nacional de Assembleias Municipais porque tem que ser o Município a aderir e não a Assembleia Municipal por si própria, tem que ser primeiro o Município a aderir e posteriormente a Assembleia Municipal ratifica essa adesão e passemos a fazer parte desta Associação Nacional de Assembleias Municipais. Eu participei no primeiro congresso que se realizou agora no dia dezanove de maio em Mafra onde já estiveram representadas de facto porque já tinham aderido à associação, cento e um municípios, ou seja mais ou menos um terço das Assembleias Municipais dos trezentos e oito Municípios.

O que é que se pretende com esta Associação, e uma vez que os estatutos foram distribuídos a todos os senhores deputados bem como o valor da quota, que é de mil euros para o nosso caso, o que se pretende é criar uma associação, que já foi criada, que tenha o maior número de representantes através dos órgãos municipais,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 7 DE 30-06-2018

nomeadamente das Assembleias Municipais uma vez que havendo trezentos e oito municípios, havendo trezentas e oito Assembleias Municipais cada uma funciona à sua maneira com base num regulamento próprio, que é o regimento, mas há muita falta de informação e há muita falta de coordenação dentro do funcionamento das assembleias municipais. Aquilo que se pretende, obviamente, é que cada vez mais este órgão que nós representamos quer faz parte da democracia municipal, que tenha cada vez mais coesão e que tenha cada vez mais expressão ao nível municipal, que não tem e todos nós sabemos, e daí o facto de quem lançou o genesis desta associação, foram presidentes de Assembleias Municipais.

Para vos dizer que Castelo Branco, por exemplo, teve esta semana uma sessão da assembleia onde foi solicitado este pedido, ou seja, aquilo que nós estamos aqui a fazer também é precisamente não ficarmos de fora de uma associação nacional que tem órgãos próprios e tem sede no Porto, pode ter delegações regionais, mas no fundo aquilo que nos interessa é não ficarmos de fora de um organismo nacional e de um organismo que irá fazer parte da Concertação Social, de um organismo nacional que represente todos os municípios nacionais. A seu tempo, certamente todas as assembleias irão aderir, porque é essa a expectativa, da atual direção da associação, que todas as assembleias, ou pelo menos a grande maioria das assembleias participem neste fórum democrático de discussão e de validação das Assembleias Municipais, nomeadamente numa questão tão simples eu já durante este tempo em que a associação funciona tive algumas dúvidas enquanto Presidente da Assembleia Municipal sobre o funcionamento da assembleia, coloquei a questão, responderam-me, apesar de não sermos ainda associados.

Daí o ter participado no congresso, como convidado assim como outros, para que no fundo nos inteirássemos sobre quais eram os propósitos desta associação e aquilo que aqui vos trazemos é precisamente a nossa proposta de que o Município faça esta abordagem, delibere numa próxima reunião do executivo municipal da adesão do Município de Idanha-a-Nova a esta associação que virá posteriormente para ratificação da Assembleia Municipal a nossa adesão definitiva a esta Associação Nacional de Assembleias Municipais.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia disse que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “não vemos necessidade e propósito de haver mais representações das autarquias. Temos a Associação Nacional dos Municípios Portugueses que tão bem tem desempenhado o seu papel ao longo dos anos, temos a ANAFRE que representa as freguesias e que também é uma associação de grande movimento e de grande intervenção, temos as Comunidades Intermunicipais, etc., etc., imensas associações que já representam as autarquias. Eu penso que a autarquia no nosso Município é um todo, é a autarquia e as outras autarquias são um todo, e que não há a necessidade nem propósito de haver uma associação à parte. Portanto é uma divisão, quanto a nós, para reinar. Esta é a nossa opinião.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ só para mera reflexão quem nos vai representar será o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o atual ou quem o substitua no futuro se assim vier a acontecer. Engraçado que vem aqui um pedido e a quota são mil euros e portanto vamos estar a falar de uma associação que vai ter para gerir uma verba de trezentos e oito mil euros, se todos aderirem, como mínimo, uma vez que há municípios que pagarão mais de mil euros. O que é que vai fazer se tem uma verba bastante elevada para intervir ativamente em qualquer processo. Apenas para reflexão e nada mais. “



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ é evidente que eu percebo as palavras da senhora deputada Maria de Lurdes Boavida quando diz “mais uma associação”, no entanto eu acho, e sempre fui um defensor do associativismo, e portanto defendo, obviamente é a representação da associação de municípios e quantos mais estivermos a defender, melhor. As Assembleias Municipais representam os cidadãos na lei que temos, até podemos mudar a lei, e se mudarmos a lei até poderá ser que deixemos de ter esta ou outra associação, mas a verdade é que representam todos e quantos mais estivermos a discutir estes pormenores, aquilo que é necessário melhor, eu sinceramente não minoriza nada a minha função enquanto presidente de Câmara, e até tenho responsabilidades na ANMP, quer como Presidente da seção de Municípios de baixa densidade do mundo rural, onde temos representantes das assembleias municipais, quer como membro do Conselho Geral, também onde há representantes das Assembleias Municipais, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem-me acompanhado sempre nas reuniões da ANMP e portanto não minoriza, mas eu acho que é uma maior participação dos senhores deputados das assembleias municipais, obviamente através do seu representante, e eu enquanto Presidente de Câmara, e era este testemunho que queria dizer, não minoriza nada a minha função e o meu papel na Associação Nacional dos Municípios Portugueses e tenho sido defensor na Secção de Municípios de baixa densidade do mundo rural, eu fui o primeiro subscritor a favor dela e andei a falar com muitos municípios no país e alguns queria fazer uma nova associação que funcionasse fora das ANMP e eu fui frontalmente contra, porque isto devemos resolver entre nós todos juntos, e estou tão à vontade para lhe dizer isto relativamente à criação da Associação de Municípios, como também estou porque defendi a não criação de mais associações de municípios como por exemplo a Associação de Municípios dos Vinhos e acho que nem precisamos de outra a criar mais associações dos municípios do não de quê. Dentro da ANMP devemos organizar para termos até mais força, mas neste caso eu acho que as Assembleias Municipais, de acordo como está a lei e como nós funcionamos penso que dá mais força ao debate democrático e dão mais contributos. Obviamente que serão os senhores deputados que têm que decidir e se decidirem, e a iniciativa tem que partir da Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal isso. Eu, enquanto Presidente da Câmara Municipal irei propor ao executivo aquilo que esta Assembleia entender que deve ser.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu na votação a proposta da Assembleia Municipal para que a Câmara Municipal, delibere no sentido de que o Município de Idanha-a-Nova adira à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: um, - Maria de Lurdes Boavida (CDU);

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 7 DE 30-06-2018**

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM UM VOTO EM CONTRA, ZERO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E SEIS VOTOS A FAVOR, RECOMENDAR AO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE DELIBERE QUE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA POSSA ADERIR À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS.”**

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido de intervenção por parte do público presente.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.